

TERMOPERNAMBUCO S.A.

CNPJ nº 03.795.050/0001-09 | CVM nº 01985-2 | Companhia Aberta

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2017

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

O ano de 2017 será lembrado como o início da grande transformação do Grupo Neoenergia, que possui 100% de participação no capital social de TERMOVERNAMBUCO. Com a incorporação da Elektro Holding, em agosto, o Grupo Neoenergia passou a ser o maior grupo privado do setor elétrico brasileiro em número de clientes. São 13,5 milhões de unidades consumidoras atendidas pelas quatro distribuidoras (Coelba, Celpe, Cosern e Elektro Redes), um universo de 34 milhões de pessoas – quase 20% da população brasileira. Em Geração, o Grupo Neoenergia possui capacidade instalada de 4,3 GW, entre ativos em operação ou em construção. A base de ativos regulatórios é de R\$ 15 bilhões, a maior entre os players privados do setor no Brasil e América Latina. O Grupo está presente em 16 estados brasileiros e nosso viés é de crescimento sustentável.

Dando sequência a uma parceria de sucesso, construída nestes 20 anos junto ao Banco do Brasil e à PREVI, com a incorporação da Elektro Holding, a Neoenergia tem uma nova composição acionária na qual a Iberdrola torna-se a controladora. O compromisso da Iberdrola no Brasil é claro, histórico e consistente: a Neoenergia é o único veículo de investimentos da Iberdrola no país. Em 2017, os investimentos da Neoenergia, considerando inclusive o investido em suas coligadas, atingiram R\$ 4,4 bilhões, 13% a mais do que em 2016. E esse patamar deverá se manter pelos próximos anos, sobretudo com o desenvolvimento de novos projetos, como as seis linhas de transmissão (1.600 quilômetros no total) e os nove parques eólicos (281,4 MW) conquistados nos leilões de abril e dezembro. O Grupo tem muito a avançar.

Os resultados econômico-financeiros da TERMOVERNAMBUCO, comparados a 2016, obtiveram uma Receita Operacional Líquida (ROL) com crescimento de 18,41% e chegou a R\$ 1,2 bilhão, o EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) recuou 3,09% e fechou 2017 em R\$ 346 milhões e o lucro saltou de R\$ 73,1 milhões para R\$ 93,9 milhões, um aumento de 28,43%.

A TERMOVERNAMBUCO reitera seu compromisso com os clientes por meio da melhoria contínua na gestão de suas operações, seu foco em resultados sustentáveis e sua capacidade de geração de valor para o acionista, mesmo num ambiente de negócio desafiador.

É com muito orgulho dessas conquistas que apresento os nossos resultados de 2017. E quero deixar uma palavra que nos estimula para enfrentar os novos desafios que virão: compromisso.

DESTAQUES

Resultados Econômico-Financeiros R\$ mil ⁽¹⁾	2017	2016	Variação %
Receita Operacional Bruta	1.496.870	1.246.324	20,10
Receita Operacional Líquida	1.166.596	985.182	18,41
Margem Operacional Líquida	280.890	242.167	15,99
EBITDA	346.374	357.417	(3,09)
Resultado Financeiro	(173.984)	(232.850)	(25,28)
Lucro Líquido	93.885	73.104	28,43
Margem Operacional (%)	24,08%	24,58%	(0,50)
Margem EBITDA (%)	29,69%	36,28%	(6,59)
Margem Líquida (%)	8,05%	7,42%	0,63
Informações Patrimoniais - R\$ mil ⁽¹⁾	dez/17	dez/16	Variação %
Ativo Total	2.452.511	2.176.595	12,68
Dívida Bruta	1.313.604	1.063.934	23,47
Dívida Líquida ⁽²⁾	1.031.032	782.840	31,70
Patrimônio Líquido	724.253	636.515	13,78
Indicadores Financeiros de Dívida	dez/17	dez/16	Variação (p.p)
Dívida Líquida/EBITDA ⁽³⁾	2,98	2,19	0,79
EBITDA/Resultado Financeiro ⁽⁴⁾	1,99	1,53	0,46

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

⁽²⁾ Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliário

1. A TERMOPE

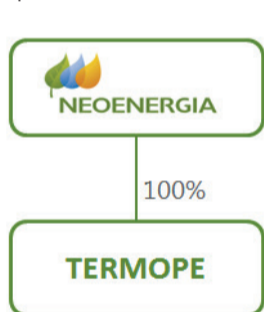
1.1. Histórico
A TERMOVERNAMBUCO S.A. (“TERMOPE”) é uma companhia de capital aberto com 100% de participação da Neoenergia S.A., oriunda de responsabilidade definida no edital de privatização da Companhia Energética de Pernambuco – Celpe, após o Grupo Neoenergia ter vencido o leilão em 2000. A usina termelétrica e a correspondente linha de transmissão estão localizadas no Complexo Industrial e Portuário de SUAPE, município de Ipojuca, no Estado de Pernambuco e utiliza como combustível o gás natural.

Em 15 de maio de 2004 foi iniciada a operação comercial da UTE TERMOPE, conforme Despacho ANEEL n° 398 de 12.05.2004. Desde essa data, a UTE vem contribuindo para aumentar a confiabilidade e a segurança da operação, especialmente na região Nordeste, integrando sua capacidade instalada de 532,7 MW ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

1.2. Estrutura Societária
Em fevereiro de 2014, a TERMOPE finalizou o processo de aquisição de 58% da Itapebi Geração de Energia S/A, sua Coligada no Grupo Neoenergia. Em 30 de junho de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária da Neoenergia, controladora da Companhia, aprovou a incorporação da Elektro Holding S.A. (“Elektro”) pela Neoenergia, a qual, após a obtenção das aprovações regulatórias necessárias e a satisfação das demais condições precedentes aplicáveis, foi consumada em 24 de agosto de 2017 (“Incorporação”).

Com esse movimento a Iberdrola passa ser a controladora da Neoenergia e a partir desse momento a empresa e suas subsidiárias, dentre elas a TERMOPE, incorporam práticas de gestão e de Governança além da cultura do Grupo Iberdrola.

Em 31 de dezembro de 2017 a Estrutura Societária da Companhia era:



2. AMBIENTE ECONÔMICO

Em 2017, a economia brasileira apresentou uma leve recuperação, quando comparada aos dois últimos anos. O Produto Interno Bruto – PIB, estimado na divulgação do Monitor do PIB elaborado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas – Ibre-FGV, encerrou o ano com crescimento de 1,1% da economia (pouco acima dos 1,01% previsto pelo boletim Focus do Banco Central do Brasil – BC), baseado nos indicadores de atividade econômica disponíveis referentes a dezembro.

O Governo Central, considerando os números preliminares dos últimos dias de 2017, espera um resultado primário em média R\$30 bilhões melhor do que a meta estimada de R\$159 bilhões para o fim do ano. Essa melhoria da arrecadação da União teve ajuda da massa salarial, cujo ganho real se elevou frente à queda da inflação. Além disso, de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional, o governo conta com sobra de recursos para o cumprimento da “regra de ouro” (norma constitucional que visa impedir o endividamento público para pagamento de despesas correntes) das contas públicas em 2017, comprovando mais uma vez a recuperação de receita, e indicando importante redução do *Deficit* primário do Governo Central (Tesouro, BC e Previdência Social), que deve ser menor que R\$130 bilhões. Isto sinaliza um possível caminho ao reequilíbrio de suas contas e uma retomada da economia. Segundo dados apurados pelo BC, o Índice de Commodities Brasil – IC-Br, construído a partir dos preços em reais (R\$) das commodities agrícolas, metálicas e energéticas, fechou 2017 com queda de 0,39%. Isto quer dizer que as matérias-primas que influenciam a inflação encerraram o ano em desvalorização.

Nessa mesma linha, em 2017, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA alcançou o valor de 2,95% (menor que os 6,29% de 2016), e o Índice Geral de Preços-Mercado – IGP-M apresentou queda de 0,52% em 2017 (frente a alta de 7,17% de 2016). O primeiro, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, foi impactado principalmente pelo comportamento atípico dos preços dos alimentos, responsável por 24,71% do índice, que registraram queda recorde no ano de 2,40%. O segundo, elaborado pela FGV, sofreu com a queda de 2,55% do Índice de Preços ao Produtor Amplo – IPA, que tem peso de 60% sobre o IGP-M, regido pela queda de 12,99% dos produtos agropecuários.

Na área de energia, a realização de leilões impulsionou um aumento expressivo de desembolsos do Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES no segmento de infraestrutura em 2017. O banco liberou R\$19,83 bilhões para infraestrutura (crescimento de 13%), sendo R\$19,45 bilhões para contratação de projetos ou novos financiamentos (aumento de 26%). Especificamente para energia, liberou R\$ 15,46 bilhões (crescimento de 52%) para contratações, e registrou um aumento de 69% dos desembolsos, alcançando R\$13,43 bilhões. O custo básico desses financiamentos concedidos pelo banco, a chamada Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, começou o ano a 7,5% (de janeiro a março), permanecendo a maior parte do período a 7%.

Ainda falando de taxas, o desempenho de investimentos atrelados à Selic (taxa básica de juros da economia brasileira) no ano passado foi prejudicado pelo movimento de baixa da taxa que caiu de 13,65% no fim de 2016 para 6,90% no encerramento de 2017. O mesmo viés tomaram os investimentos vinculados à taxa DI (taxa de Depósito Interbancário), que, seguindo a Selic, caiu de 13,63% no fim de 2016 para 6,89% no encerramento de 2017. A taxa DI é a taxa de negociação dos CDI’s (Certificados de Depósito Interbancário), calculada com base nas operações de empréstimos diárias realizadas no mercado entre bancos para não encerrar o caixa diário no negativo. Apesar de ter um impacto negativo na rentabilidade dos investimentos atrelados ao indicador, a queda do DI é benéfica para as dívidas também referenciadas a essa taxa. Considerando números consolidados do Grupo Neoenergia, incluindo Instrumentos Financeiros Derivativos, em 31/12/2017, 70,6% da nossa dívida estava indexada ao CDI.

3. AMBIENTE REGULATÓRIO

No ano de 2017, a hidrologia permaneceu ruim e foram observados valores de PLD elevados no segundo semestre do ano, atingindo valores próximos ao máximo em diversos meses. O PLD máximo no ano de 2017 foi de R\$ 533,82/MWh.

Com relação a operação do Sistema Interligado Nacional, deve-se ressaltar que foi observado aumento significativo da geração de energia oriunda das usinas eólicas, responsável pelo atendimento de aproximadamente 7% da demanda por energia no Brasil. Sobre a capacidade instalada, foi atingido o valor de 12 GW no ano de 2017, o que representa um crescimento de 25% quando comparado ao final de 2016. Com o montante atual, a energia eólica já representa 8% da matriz de capacidade instalada, o que mostra a gradativa inserção dessa fonte em nossa matriz.

Segundo dados do Operador Nacional do Sistema – ONS, no dia 14 de setembro de 2017, a geração de energia eólica verificada no Subsistema Nordeste foi responsável por mais um recorde, atingindo 6.346 MWmédios. A quantidade de energia gerada pelos ventos foi de 1.121 MWmédios superior na comparação ao recorde de 2016, quando o total gerado foi de 5.225 MWmédios, no dia 5 de novembro. A região Sul do país também atingiu números relevantes e em setembro atingiu 1.540 MWmédios.

Durante esse ano foram abertas pelo Ministério de Minas e Energia duas importantes consultas públicas. A primeira delas, aberta em julho de 2017, foi a Consulta Pública n° 33, sobre o aprimoramento do marco legal do setor elétrico. Os principais pontos abordados nesta consulta foram:

- Redução gradual dos limites para migração dos consumidores cativos para o mercado livre.
- Redução da obrigação de contratação por parte dos agentes de consumo.
- Maior acoplamento entre a operação do sistema e a formação de preços no mercado de curto prazo, incluindo preços horários e possíveis alterações no Mecanismo de Realocação de Energia - MRE.
- Separação entre lastro e energia.
- Desjudicialização do risco hidroológico.

A desjudicialização do risco hidroológico foi o ponto abordado de maior impacto no curto prazo. Até o fim do ano foi aguardada a publicação de alguma medida provisória com o objetivo de destravar o mercado de curto prazo, mas nada ocorreu. Na última liquidação financeira realizada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE em 2017, referente às operações do mês de outubro, R\$ 5,6 bilhões não foram liquidados referentes à parcela do CSF que não foi repactuada.

Em novembro de 2017 o Ministério de Minas e Energia abriu a Consulta Pública n° 42, referente à implantação do preço horário no mercado de curto prazo. Essa consulta foi aberta em função da intenção do governo de implantar os preços horários já a partir de 2019. A consulta, de cunho essencialmente conceitual, discute as alterações necessárias em contratos, regras e procedimentos em virtude do preço horário.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

A UTE TERMOPE trabalha com a tecnologia de ciclo combinado de modo a obter um melhor rendimento na sua produção e, em paralelo, minimizar o impacto no meio ambiente. A usina é constituída por dois grupos geradores movidos a gás natural, acoplados a duas caldeiras de recuperação de calor, que produzem o vapor utilizado para mover o grupo gerador a vapor, além dos sistemas auxiliares. A condensação do vapor é realizada por meio de um circuito aberto de refrigeração com um sistema de captação e bombeamento de água do mar e sua posterior devolução por meio de um emissário de 800 m de extensão. Esse conjunto formado pelas três turbinas é capaz de gerar uma potência elétrica de 532 MW médios.

Durante todo o ano de 2017 a UTE TERMOPE esteve 100% despachada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). A geração bruta de energia foi de 4.033 GWh em 2017, registrando um valor muito próximo ao recorde de 2016, com uma diferença de 0,15%.

5. INVESTIMENTOS

Em 2017 foram realizados investimentos de aproximadamente R\$ 58,6 milhões, visando o aumento da confiabilidade e eficiência da usina, destacan-do-se:

- Aquisição de um jogo de combustão (AGP- Advanced Gas Path) sobressalente para as turbinas a gás.
- Melhorias na planta e substituição de equipamentos de avanço em fim de vida útil.
- Ampliação do estoque de peças sobressalentes para aumento da disponibilidade e da segurança operacional.

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

6.1. EBITDA (LAJIDA)
Atendendo à Instrução CVM nº 527, demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma Instrução:

Conciliação EBITDA - R\$ mil ⁽¹⁾	2017	2016	Variação (R\$)	Variação (%)
Lucro Líquido	93.885	73.104	20.781	28,43
Despesas financeiras	253.587	549.841	(296.254)	(53,88)
Receitas financeiras	(79.603)	(316.991)	237.388	(74,89)
Imposto de renda	32.952	5.815	27.137	466,66
Amortização	45.553	45.648	(95)	(0,21)
EBITDA	346.374	357.417	(11.043)	(3,09)

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

A TERMOPE apurou em 2017 o EBITDA de R\$ 346.374 mil com redução de 3,09%, equivalente a R\$ 11.043 mil, em relação ao ano anterior. A margem EBITDA em 2017 foi de 29,69%, apresentando um decréscimo de 6,59 p.p. em relação ao ano de 2016.

6.2. Resultado do Ano

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (em R\$ mil)	2017	2016	2017 X 2016	
			R\$	%
Receita Bruta	1.496.870	1.246.324	250.546	20,10
Deduções da Receita Bruta	(330.274)	(261.142)	(69.132)	26,47
Receita Operacional Líquida	1.166.596	985.182	181.414	18,41
Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos	(885.706)	(743.015)	(142.691)	19,20
Margem Operacinal Líquida	280.890	242.167	38.723	15,99
Gastos e Despesas Operacionais	(5.652)	(4.225)	(1.427)	33,78
Resultado de participações societárias	25.583	73.827	(48.244)	(65,35)
Resultado do Serviço	300.821	311.769	(10.948)	(3,51)
Amortização / Depreciação	45.553	45.648	(95)	(0,21)
EBITDA	346.374	357.417	(11.043)	(3,09)
Resultado Financeiro	(173.984)	(232.850)	58.866	(25,28)
Resultado Operacional	126.837	78.919	47.918	60,72
IR e CSLL	(32.952)	(5.815)	(27.137)	466,67
Lucro (Prejuízo) do Período	93.885	73.104	20.781	28,43

6.3. Receita Operacional Bruta

RECEITA OPERACIONAL BRUTA (em R\$ mil)	2017	2016	2017 X 2016	
			R\$	%
Fornecimento de energia elétrica	1.180.468	1.146.512	33.956	2,96
Energia elétrica curto prazo - CCEE	315.585	98.019	217.566	221,96
Outras receitas operacionais	817	1.793	(976)	(54,43)
Receita Operacional Bruta	1.496.870	1.246.324	250.546	20,10

A Companhia apresentou no ano de 2017 uma Receita Bruta de R\$ 1.496.870 mil, um aumento de R\$ 250.546 mil, quando comparado ao ano de 2016, que foi de R\$ 1.246.324 mil, devido principalmente ao impacto na conta de energia elétrica de curto prazo – CCEE referente à liquidação a PLD, relacionada à sobra de energia comprada para compor seu lastro.

6.4. Custos e Despesas Operacionais

CUSTOS E DESPESAS (em R\$ mil)	2017	2016	2017 X 2016	
			R\$	%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(293.148)	(112.698)	(180.450)	160,12
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	(35.926)	(32.672)	(3.254)	9,96
Combustível para produção de energia	(420.751)	(417.676)	(3.075)	0,74
Taxa de Fiscalização – TFSEE	(1.362)	(1.380)	18	(1,30)
Pessoal e Administradores	(2.547)	(2.025)	(522)	25,78
Material	(2.738)	(83)	(2.655)	-
Serviços de terceiros	(111.929)	(116.998)	5.069	(4,33)
Depreciação e amortização	(45.553)	(45.648)	95	(0,21)
Provisões Líquidas - Contingências	(1.461)	85	(1.546)	-
Equivalência Patrimonial	56.732	104.973	(48.241)	(45,96)
Outros	(5.620)	(3.656)	(1.964)	53,72
Total	(864.303)	(627.778)	(236.525)	37,68

Os custos e despesas operacionais e o resultado de participação sofreram um acréscimo de R\$ 236.525 mil quando comparados ao ano de 2016, equivalente a 37,68%. Os principais fatores estão demonstrados abaixo:

A variação da Energia comprada para revenda no valor de R\$ 180.450 mil contribuiu com o aumento dos custos e despesas operacionais, a fim de suprir a recomposição de lastro da Companhia.

Piora do lucro anual apurado pela Itapebi Geração de Energia S.A., na qual a Companhia tem participação de 58%, fato que resultou em um efeito negativo no resultado decorrente do registro da Equivalência Patrimonial de R\$ 48.241 mil, correspondente a uma piora de 45,96%.

6.5. Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO (em R\$ mil)	2017	2016	2017 X 2016	
			R\$	%
Renda de aplicações financeiras	26.159	18.480	7.679	41,55
Juros, comissões e acréscimo moratório	-	711	(711)	(100,00)
Encargos de dívida, variações monetárias e cambiais	(177.345)	(96.948)	(80.397)	82,93
Instrumentos financeiros derivativos	(4.959)	(115.458)	110.499	(95,70)
Atualização provisão para contingências / depósitos judiciais	(988)	(17)	(971)	5.711,76
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(16.851)	(39.618)	22.767	(57,47)
Resultado Financeiro Líquido	(173.984)	(232.850)	58.866	(25,28)

O Resultado Financeiro Líquido da Companhia foi negativo em R\$ 173.984 mil em 2017, representando uma redução de R\$ 58.866 mil, quando comparado ao mesmo período de 2016, quando foi negativo em R\$ 232.850 mil, que equivale a uma melhora de 25,28%. Os principais fatores que levaram a essa melhora no resultado financeiro foram:

(i) O aumento no rendimento das aplicações financeiras, que apesar da queda da taxa referência (CDI), representando 9,93% acumulado no ano de 2017, equivalente a queda de 4,07 ponto percentual em comparação ao ano anterior, onde foi de 14,00%, teve seu volume de caixa médio aumentado o que acarretou um resultado positivo de R\$ 7.679 mil reconhecidos no resultado.

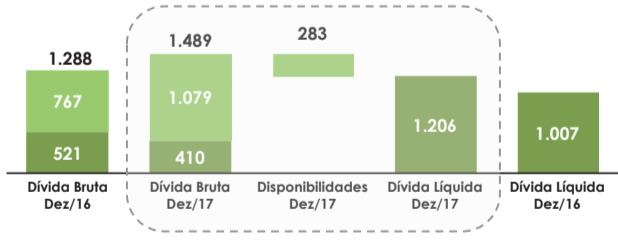
(ii) Houve um incremento de R\$ 80.397 mil nos Encargos de dívida, variações monetárias e cambiais e queda de R\$ 110.499 mil nos Instrumentos financeiros derivativos. Essas variações foram decorrentes da combinação do efeito do aumento dos volumes de dívida na comparação de 2017 e 2016, da queda dos juros praticados no mercado (CDI) e principalmente relacionado com a redução do IPCA e volatilidade do DÓLAR, que são os indexadores mais relevantes da dívida da Companhia. Os instrumentos financeiros tiveram um efeito positivo de R\$ 110.499 mil em relação a 2016, isso se deve a valorização de 4,89% na cotação do dólar, gerando uma receita nos instrumentos financeiros derivativos e despesa na variação cambial. Segue quadro demonstrativo dos indicadores de CDI, IPCA e DÓLAR acumulados em 2017 e 2016:

Índices	2016	2017	Δ p.p.
CDI	14,00%	9,93%	- 4,07
TJLP	7,50%	7,00%	- 0,50
IPCA	6,29%	2,95%	- 3,34
DÓLAR	3,2591	3,308	0,05

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

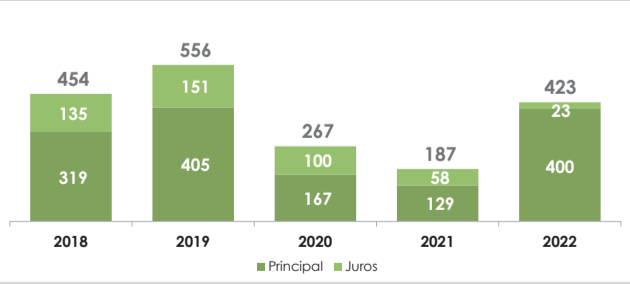
7.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2017 a dívida bruta consolidada da TERMOPE, incluindo empréstimos, debêntures e encargos, foi de R\$ 1.489 milhões, apresentando um acréscimo de 15,60% em relação a dezembro de 2016. O valor do endividamento total em dezembro de 2017, da TERMOPE contava com 72,5% da dívida contabilizada no longo prazo e 27,5% no curto prazo.



7.2. Cronograma de Vencimento

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas *forward* de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2017. Sendo assim, as informações apresentadas abaixo diferem das do cronograma de vencimentos apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, que considera os índices e moedas realizados no encerramento do período e não as projeções de mercado.



A Diretoria das empresas controladas pela Neoenergia está estruturada de forma matricial, na qual os diretores estatutários da holding também são diretores de todas as controladas da Neoenergia.

Comitês
O Grupo Neoenergia possui quatro diferentes comitês, instalados apenas na holding: de Auditoria, Financeiro, Remuneração e Sucessão e de Partes Relacionadas. Cada Comitê é formado por 05 membros titulares e seus respectivos suplentes, com exceção do Comitê de Partes Relacionadas formado por 03 membros titulares e seus respectivos suplentes, indicados pelo Conselho de Administração. Os Comitês realizam reuniões conforme demanda.

8.2. Direito dos Acionistas e Política de Dividendos
A TERMOPE possui definido em seu estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, que o valor dos juros, pago ou creditado, a título de remuneração sobre o capital próprio, na forma da lei, poderá ser imputado ao dividendo obrigatório, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais e a deliberação sobre o pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos intermediários é uma faculdade da Companhia, mediante aprovação do Conselho de Administração.

Em 2017, a Companhia não deliberou ou pagou proventos.

8.3. Relações com Investidores
No intuito de disponibilizar informações com elevado padrão de qualidade, transparência e confiabilidade, com base na legislação pertinente e das regras que regulam o setor elétrico, a TERMOPE adota uma política de comunicação consistente, clara e confiável com o mercado de capitais, zelando pelo relacionamento com acionistas, analistas de mercado, instituições financeiras, agências de "Rating" e instituições reguladoras, em conformidade com as boas práticas de governança corporativa.

A TERMOPE disponibiliza informações através da área de Relações com Investidores, "e-mail" (ri@neoenergia.com), no "site" Relações com Investidores (www.TERMOPE.com.br – "link" RI) e por meio dos relatórios e informes trimestrais e anuais enviados para a Bovespa e CVM. Além disso, o Grupo Neoenergia realiza reuniões webconferências trimestrais e APIMEC anual com os principais números de cada empresa do Grupo e consolidado.

8.4. Gestão de Riscos
A área de Gestão de Riscos do Grupo Neoenergia atua de forma corporativa para todas as suas empresas e tem como objetivo trazer mais transparência para os processos corporativos e suporte na tomada de decisões estratégicas do Grupo.

A área é coordenada pela Superintendência de Gestão de Riscos, se reporta à Diretoria Financeira e suas principais responsabilidades são:
• Elaborar e monitorar os Mapas de Riscos dos negócios;
• Elaborar e garantir o cumprimento das Políticas de Risco corporativas e para os negócios do Grupo;
• Avaliar e monitorar o risco de crédito das contrapartes financeiras e comerciais;
• Quantificar e monitorar os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta;
• Elaborar e divulgar relatórios e informações relacionadas aos riscos da companhia para os órgãos reguladores e demais stakeholders;
• Coordenar a realização das reuniões da Comissão de Riscos.
• Disseminar a cultura de Gestão de Riscos pelo Grupo Neoenergia.
A Política de Gestão de Risco Corporativo da Neoenergia, aprovada pelo Conselho de Administração, define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos.

Esta Política se desdobra e é complementada por outras políticas do Grupo, também aprovadas pelo Conselho de Administração, tais como:

- Política de Risco de Crédito
- Política de Riscos Financeiros.
- Política de Seguros.
- Política de Risco de Mercado de Energia.
- Política de Risco para o negócio de Geração.
- Política de Risco para o negócio de Comercialização.
- Política de Risco para o negócio de Distribuição.

A gestão de riscos corporativos é complementada pela estrutura organizacional de Governança do Grupo Neoenergia, que inclui as áreas responsáveis por Compliance, Controles Internos e Auditoria. Estas áreas, em conjunto com a área de Gestão de Risco Corporativo e as áreas de negócios e corporativas, complementam e fortalecem a estrutura de gerenciamento de riscos.

Neste modelo, as áreas de negócio responsáveis pelas atividades de geração, distribuição, transmissão e comercialização de energia, bem como as demais áreas e funções corporativas, constituem a primeira linha de defesa no gerenciamento de riscos; as diversas funções de controle de riscos e supervisão de conformidade estabelecidas pela Administração do Grupo Neoenergia (Risco Corporativo, Risco Corporativo, Controles Internos e Compliance) são a segunda linha de defesa; e a avaliação independente feita pela Auditoria Interna é a terceira linha de defesa.

A área de Gestão de Risco do Grupo Neoenergia atua hoje de forma independente das áreas de negócio integrando a visão risco-opportunidade na gestão das empresas.

8.5. Integridade e Ética
A TERMOPE tem como um de seus valores a INTEGRIDADE e busca incessantemente pautar sua conduta e a de seus colaboradores dentro de princípios éticos e de conformidade com a legislação brasileira e com as melhores práticas em termos de ética empresarial. Além disso, envia esforços para que seus fornecedores de bens e serviços também adotem condutas íntegras e aderentes aos princípios defendidos pela Companhia em seu Código de Ética e em suas Políticas de Integridade.

A empresa aderiu também às normas estipuladas em tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, por meio do Pacto Global das Nações Unidas contra Corrupção e se alinhou aos princípios de combate à corrupção, estabelecidos pelo Instituto ETHOS.

Para atingir seus propósitos a TERMOPE conduz uma série de ações dentro do Programa de Integridade da Neoenergia, conforme diretrizes do Conselho de Administração, e que estão em linha com a legislação anticorrupção brasileira e as melhores práticas empresariais de compliance. A coordenação desse programa é realizada pela Superintendência de Compliance, criada desde 2014, a qual é responsável por a) planejar, conceber, executar, manter e avaliar o Programa de Integridade da Neoenergia e suas controladas; b) elaborar e revisar Códigos de Conduta, políticas e procedimentos a fim de promover e reforçar uma cultura de integridade baseada em princípios éticos de negócio; c) identificar, avaliar e propor medidas de mitigação de riscos de não conformidade de forma a garantir a aderência do Grupo aos princípios da legalidade e de combate à corrupção; d) investigar os casos de conduta em desconformidade com o Código de Ética e políticas de integridade; e) treinar executivos e colaboradores sobre temas relacionados com a ética empresarial e legislação anticorrupção; f) propor medidas de prevenção relacionadas com comportamento ético e aderente à legislação; g) coordenar as ações de disseminação da cultura de integridade e ética por toda a organização.

Em 2017, o esforço da Neoenergia em sua jornada de integridade foi reconhecido pela segunda vez consecutiva, com a conquista do Selo Empresa Pró Ética, concedido pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União, evidenciando a aderência de seu Programa de Integridade às boas práticas empresariais em termos de prevenção de ilícitos e aderência aos requisitos da legislação anticorrupção brasileira. Além disso, neste ano destacam-se as ações relacionadas com a reavaliação de riscos de corrupção, desenvolvimento de ações de integridade junto a fornecedores e o esforço empreendido em treinamentos e processos formais de conhecimento e aceitação do Código de Ética e Políticas de Integridade, os quais foram automatizados através da intranet, garantindo mais praticidade, transparência, controle e sustentabilidade para o Grupo Neoenergia.

9. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Sustentabilidade é um valor para o Grupo Neoenergia. Em 2017, a empresa criou um ambiente digital específico para divulgar suas ações socioambientais – www.neoenergiasustentavel.com.br – e deu continuidade a diversos programas e projetos de relacionamento com as comunidades onde

BALANÇOS SOCIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (INFORMAÇÃO ADICIONAL)

1 - BASE DE CÁLCULO	2017 R\$ mil				2016 (Reclassificado) R\$ mil			
Receita Líquida (RL)	1.166.596				985.182			
Resultado Operacional (RO)	300.821				311.769			
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	2.189				1.718			
Valor Adicionado Total (VAT)	720.227				896.963			
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	RS mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT	RS mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT
Alimentação	15	0,69%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Encargos sociais compulsórios	425	19,42%	0,04%	0,06%	358	20,84%	0,04%	0,04%
Previdência privada*	77	3,52%	0,01%	0,01%	49	2,85%	0,00%	0,01%
Saúde	130	5,94%	0,01%	0,02%	37	2,15%	0,00%	0,00%
Segurança e saúde no trabalho	237	10,84%	0,02%	0,03%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Educação	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	27	1,26%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Creches ou auxílio-creche	4	0,17%	0,00%	0,00%	309	17,99%	0,03%	0,03%
Esporte	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Transporte	13	0,61%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	(20)	-0,91%	0,00%	0,00%	205	11,93%	0,02%	0,02%
Outros	155	7,08%	0,01%	0,02%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Total - Indicadores sociais internos	1.064	48,59%	0,09%	0,15%	958	55,76%	0,10%	0,11%
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	RS mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	RS mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT
Educação	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Esporte	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Combate a fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Desenvolvimento Social	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	-	0,00%	0,00%	0,00%	9	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Total das Contribuições para a Sociedade	-	0,00%	0,00%	0,00%	9	0,00%	0,00%	0,00%
Tributos (Exceto Encargos Sociais)	364.952	121,32%	31,28%	50,67%	268.849	86,23%	27,29%	29,97%
Total - Indicadores sociais externos	364.952	121,32%	31,28%	50,67%	268.858	86,24%	27,29%	29,97%
4 - INDICADORES AMBIENTAIS	RS mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	RS mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT
Investimentos relacionados com a operação da empresa	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Investimento em programas e/ou projetos externos	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos e contingências ambientais.	-	-	-	-	-	-	-	-
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade.	-	-	-	-	1	-	-	-
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos e contingências ambientais.	-	-	-	-	-	-	-	-
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	(x) Não possui Metas	() Cumpre de 0 a 50%	() Cumpre de 51 a 75%	() Cumpre de 76 a 100%	(x) Não possui Metas	() Cumpre de 0 a 50%	() Cumpre de 51 a 75%	() Cumpre de 76 a 100%
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2017				2016			
Nº de empregados(as) ao final do período	5				6			
Nº de admissões durante o período	-				2			
Nº de desligamentos durante o período	1				1			
Nº de empregados(as) terceirizados	954				-			
Nº de estagiários(as)	1				2			
Nº de empregados acima de 45 anos	-				-			
Nº de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos:								
menores de 18 anos	-				-			
de 18 a 35 anos	2				4			
de 36 a 60 anos	3				2			
acima de 60 anos	-				-			
Nº de empregados por nível de escolaridade, segregado por:								
analfabetos	-				-			
com ensino fundamental	-				-			
com ensino médio	-				1			
com ensino técnico	-				5			
com ensino superior	5				-			

BALANÇO PATRIMONIAL 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)

Ativo Circulante	Notas	2017	2016	Passivo e patrimônio líquido Circulante	Notas	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	4	282.571	256.187	Fornecedores	10	130.012	115.797
Contas a receber de clientes	5	302.435	30.391	Empréstimos e financiamentos	11	225.106	298.630
Títulos e valores mobiliários	4	-	24.376	Debêntures	11	183.159	235.486
Instrumentos financeiros derivativos	11	87	46.368	Instrumentos financeiros derivativos	11	1.412	33.129
Impostos e contribuições a recuperar	6	40.490	30.532	Salários e encargos a pagar	10	805	690
Estoques	-	1.208	1.209	Encargos setoriais	12	5.284	7.181
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	8	105.436	-	Impostos e contribuições a recolher	13	29.024	33.510
Despesas pagas antecipadamente	-	11.209	189	Dividendos e juros sobre capital próprio	-	4.747	-
Outros ativos circulantes	-	1.147	887	Outros passivos circulantes	-	2.171	1.406
Total do circulante	-	744.583	390.139	Total do circulante	-	581.720	725.829
Não circulante	-	-	-	Não circulante	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	4	-	531	Empréstimos e financiamentos	11	193.465	284.076
Instrumentos financeiros derivativos	11	48.793	37.659	Debêntures	11	934.806	520.880
Impostos e contribuições a recuperar	6	100	16	Encargos setoriais	12	15.141	8.797
Juros sobre capital próprio a receber	-	-	2.666	Provisões	14	2.890	470
Impostos e contribuições diferidos	7	104.535	122.512	Outros passivos não circulantes	-	236	27
Depósitos judiciais	-	171	205	Total do não circulante	-	1.146.538	814.250
Outros ativos não circulantes	-	416	416	Patrimônio líquido	-	-	-
Investimentos	-	689.442	771.036	Capital social	15	539.570	539.570
Investimentos em coligadas e controladas	8	688.976	770.570	Reservas de capital	-	105.383	45.034
Outros investimentos	-	466	466	Reservas de lucros	-	80.701	51.912
Imobilizado	9	864.448	851.392	Ajuste de avaliação patrimonial	-	(1.401)	-
Intangível	-	23	23	Total do patrimônio líquido	-	724.253	636.516
Total do não circulante	-	1.707.928	1.786.456	Passivo e patrimônio líquido total	-	2.452.511	2.176.595
Ativo total	-	2.452.511	2.176.595				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

atua. O foco em educação e cultura, a promoção do uso seguro e eficiente da energia elétrica, e a busca por inovação em processos, produtos e serviços são os pilares das ações socioambientais do Grupo Neoenergia.

9.1. Eficiência Energética, Inovação e P&D
As ações socioambientais do Grupo Neoenergia incluem projetos próprios, apoio a projetos de terceiros com recursos diretos ou incentivados, e os programas corporativos de Eficiência Energética e de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), ambos regulados pela Aneel. Os investimentos do Grupo Neoenergia em P&D cumprem o que determina a Lei 9.991/2000, segundo a qual as empresas de Distribuição devem separar 0,5% da sua receita operacional líquida (ROL) para investir em Pesquisa e Desenvolvimento, e mais 0,5% em Eficiência Energética (EE). Já as empresas de Geração e de Transmissão são obrigadas a aplicar 1% de sua ROL apenas em P&D. Esses investimentos são regulados pela Aneel.

Os projetos giram em torno de cinco temas estratégicos: Redes Inteligentes (Smart Grid); Qualidade e Confiabilidade; Segurança de Instalações e de Pessoas; Combate às Perdas; e Sustentabilidade do Negócio e norteiam a prospecção e o desenvolvimento das ações de P&D. A área de P&D é composta por uma equipe de gestão com 16 profissionais, a área de P&D conta com mais de 80 profissionais de diversas áreas da empresa, que atuam como pesquisadores nos projetos desenvolvidos pelo grupo.

Nos segmentos de Geração e Transmissão, cabe destacar o projeto de P&D de Energia solar heliotérmica no Brasil. Atendendo à chamada pública da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), de 2015, as concessionárias do setor elétrico pretendem agora fortalecer a energia solar no país através do projeto "Desenvolvimento de uma Tecnologia de Geração Heliotérmica de Energia Elétrica", no qual serão investirão quase R\$ 37 milhões.

Este projeto, que teve início em março de 2017 e vai até agosto de 2021, conta com a participação de diversas empresas do Grupo Neoenergia, e tem como objetivo construir uma planta piloto heliotérmica, conectada ao processo industrial da Santa Efígenia Agropecuária, em Jaborandi (BA), além de laboratório na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), onde serão realizados os experimentos em busca dessa inovação tecnológica.

9.2. Meio Ambiente
Em 2017, a Neoenergia atualizou sua Política Socioambiental, que preconiza a adoção de práticas sustentáveis nos processos, produtos e serviços relacionados às atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia.

A Política ratifica a proteção ao meio ambiente como fator importante para a sustentabilidade dos negócios da Neoenergia, devendo ser contemplada desde o planejamento à execução de suas atividades. Além disso, delega a todos os profissionais, fornecedores e prestadores de serviço o cumprimento dos compromissos estabelecidos na Política.

Dentre os princípios estabelecidos no documento estão: redução dos impactos socioambientais; conservação da biodiversidade, dos recursos naturais, do patrimônio histórico-cultural e das comunidades protegidas e tradicionais; integridade e cumprimento à Lei; compromisso com a melhoria contínua; comunicação com os stakeholders para promoção da sustentabilidade; e engajamento e inovação.

10. SAÚDE E SEGURANÇA

Os programas de Saúde e Segurança no Trabalho são realizados de forma integrada e priorizam a proteção a proteção da vida e a qualidade do ambiente. A Companhia promove a cultura de prevenção por meio do controle de riscos e impactos, garantindo a observância dos requisitos legais, do comportamento seguro e o alinhamento com as políticas do Grupo Neoenergia.

A Companhia reconhece que aprimorar a segurança de nossas empresas e da comunidade envolve muito mais do que obedecer a regras e leis e incentiva que líderes e colaboradores:

- Sejam exemplos visíveis e percebidos de ações seguras:
- Não negociem a segurança;
- Busquem constantemente a meta de zerar acidentes;
- Estejam presentes e atuantes em campo, próximos as operações onde o risco é maior;
- Promovam o DESC – Diálogo de Estratégia, Segurança e Comportamento – contato por meio de bate papo informal ou apresentação que auxilia a divulgação de medidas de prevenção de acidentes de trabalho.

A TERMOPE tem a expectativa de alcançar o nível de Saúde e Segurança de uma organização de classe mundial, onde a prática de comportamentos seguros seja um compromisso de todos.

11. OUTROS DESTAQUES

Rating
Em 27 de março de 2017, a S&P reafirmou os *Rating*s de crédito corporativo estabelecidos na revisão anterior atribuídos a Neoenergia e suas subsidiárias.

Em 12 de janeiro de 2018, a Standard & Poor's – S&P rebaixou os *Rating*s de crédito corporativo atribuídos a Neoenergia e suas subsidiárias na Escala Global e "brAA-" com perspectiva estável na Escala Nacional Brasil. Este movimento foi reflexo do rebaixamento do *Rating* soberano do Brasil, devido à condição de setor regulado em que a distribuição de energia elétrica está inserida.

A TERMOPE não possui *Rating* Corporativo, possui apenas *Rating* atrelado a papéis de dívida, conforme tabela abaixo.

<i>Rating</i> Corporativo - Escala Nacional	2016	2017	2018
NEOENERGIA	AA-	AA-	AA-
Perspectiva	Negativa	Negativa	Estável
TERMOPERNAMBUCO (<i>Rating</i> de Emissão)	A+	A+	A+

Em 24 de janeiro de 2018, a Standard & Poor's – S&P reafirmou os *Rating*s de crédito corporativo de longo prazo 'BB-' na escala global e os de longo e curto prazos 'brAA-/brA-1+' na Escala Nacional Brasil atribuídos a Neoenergia e suas subsidiárias em 12 de janeiro de 2018. A perspectiva dos *Rating*s corporativos permanece estável.

12. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), com vigência de 36 (trinta e seis) meses.

Os serviços de auditoria relacionados à auditoria contemplam: Auditoria das Demonstrações Contábeis e Revisões de Demonstrações Intermediárias Individuais e Consolidada.

A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)

	Reservas de capital		Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do Patrimônio Líquido
	Capital social	Reserva especial do órgão	Reserva de incentivo fiscal	Reserva legal	Reserva de incentivo fiscal			
Saldo em 31 de dezembro de 2015	509.570	44.429	-	-	-	-	533.410	2017
Aumento de capital	30.000	-	-	-	-	-	30.000	2016
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	73.104	93.885
Destinações do lucro:								
Reserva Legal	-	-	2.626	-	-	-	(2.626)	-
Constituição de Reservas de Lucros	-	-	-	49.286	-	-	(49.286)	-
Constituição de Reserva de Capital	-	605	-	-	-	-	(605)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	539.570	44.429	605	2.626	49.286	-	636.515	2017
Outros resultados abrangentes (nota 15)	-	-	-	-	-	(1.401)	-	(1.401)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	93.885	93.885
Destinações do lucro:								
Reserva Legal	-	-	4.694	-	-	-	(4.694)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(4.747)	(4.747)
Proposta de Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	14.241	-	(14.241)	-
Reserva de Lucros	-	-	-	9.854	-	-	(9.854)	-
Reserva de Capital	-	60.348	-	-	-	-	(60.348)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	539.570	44.429	60.954	7.320	59.140	(1.401)	724.253	2016

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Termopernambuco S.A. ("Termope" ou "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital aberto controlada pela Neoenergia S.A., localizada na cidade de Ipojuca, Estado de Pernambuco que tem, por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, projeto, construção e exploração de sistemas de produção, transmissão, transformação e comercialização de energia elétrica ou termelétrica, de gás, vapor e água, dentre outros serviços correlatos. A Termope iniciou operação comercial em maio de 2004 com contratos de fornecimento de energia elétrica firmados com as distribuidoras Coelba e Celpe (partes relacionadas) e de aquisição de gás natural com a Copergás, tendo a Petróbras como interveniente e atualmente possui potência instalada de 637,5MW. A Companhia possui Contrato de Concessão com vigência até dezembro de 2030, que tem como objeto estabelecer as condições para prestação do serviço público de geração de energia elétrica. Em maio de 2016 foi realizada a parada programada da TG2 para substituição do rotor da turbina, conforme determinação do fabricante. A substituição foi necessária devido ao fim da vida útil de alguns componentes internos da turbina. Durante esse período também foram realizadas manutenções preventivas nos equipamentos auxiliares da UTE com objetivo de aumentar a confiabilidade da Usina.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade ("IFRS" – *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 16 de fevereiro de 2018. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação em ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado. **2.3. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: (i) Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; (ii) Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente, com base na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os ajustes oriundos dessas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: (i) O registro da receita de fornecimento de energia; vide nota explicativa nº 16; (ii) O registro de provisão da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE; vide nota explicativa nº 16; (iii) A avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo; (iv) Análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências; vide nota explicativa nº 14. **2.5. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão a seguir: **a) Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: (i) **Ativos financeiros:** Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa. A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado. **Mensuração:** Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. - Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável. (ii) **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores e outros itens financeiros, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos classificados a valor justo por meio do resultado e/ou em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido de acordo com sua classificação. **Mensuração:** Após reconhecimento inicial os empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, exceto quando os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são itens objeto de *hedge*, classificados como passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, quando atendido o critério de efetividade de *Hedge*. A Companhia faz uso de derivativos com o objetivo de proteção, utilizando a contabilização de *Hedge* (*hedge accounting*). A valorização a ou desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício. **b) Análise do Valor de Recuperação dos Ativos:** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável. **2.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração. **2.7. Impairment de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo ou unidade geradora de caixa (UGC), que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo ou da UGC não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo ou UGC em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Uma UGC é definida como o menor grupo identificável de ativos que geram fluxos de entrada de caixa independente dos fluxos de entrada de caixa de outros ativos ou grupo de ativos. O valor recuperável de uma UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido das despesas de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes de outros ajustes que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a UGC. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui: • Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo; • Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo; • Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia; • O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado; • Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo; • Descontinuidade ou reestruturação da operação a qual um ativo pertence; • Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não houve indicativo de deterioração e em função disso a Companhia não efetuou análise para seus ativos. **2.8. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada, calculada pela taxa de depreciação conforme resolução normativa 674/ANEEL. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. **2.9. Investimentos:** Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a Companhia possui participação acionária de 58% na investida Itapebi Geração de Energia S.A. **2.10. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social de exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pelo melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. (i) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido: O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício, e quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar. **2.11. Provisões:** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. **2.11.1. Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD"):** A PCLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber e de títulos a receber; cuja recuperação é considerada improvável, quando aplicável. **2.12. Reconhecimento de receitas:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada). Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. **2.13. Receitas e despesas financeiras:** A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. **2.14. Demonstrações do valor adicionado:** A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar. **2.15. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais

vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*Non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura os com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **2.16. Moeda estrangeira:** **a) Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **2.17. Encargos setoriais:** **a) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE):** São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. **b) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE):** Os valores da taxa de fiscalização incidem sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

3. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada. **3.1. IFRS 9 Financial Instruments (CPC 48 Instrumentos Financeiros):** A IFRS 9/CPC 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de ativos/passivos financeiros e de perdas esperadas para ativos financeiros e contratuais, além de novos requisitos sobre a contabilização de *Hedge*. Esta norma substitui o IAS 39/CPC 38 Instrumentos Financeiro – Reconhecimento e Mensuração. • **Classificação - Ativos Financeiros:** A IFRS 9/CPC 48 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. A IFRS 9/CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com a IFRS 9/CPC 48, os derivativos embutidos em contratos onde o hospedeiro é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido como um todo é avaliado para sua classificação. Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de seus ativos financeiros. • **Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais:** A IFRS 9/CPC 48, substitui o modelo de "perdas incorridas" da IAS 39/CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. A nova abordagem de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. De acordo com a IFRS 9/CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira aplica-se ao risco de crédito de um ativo financeiro na data base e o risco de crédito aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses aplica-se ao risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo; A Companhia optou por aplicar esta política também para contas a receber de clientes e ativos contratuais com um componente de financiamento significativo. A Companhia acredita que as perdas por redução ao valor recuperável deverão aumentar e tornar-se mais voláteis para os ativos no modelo da IFRS 9/CPC 48. Com base na metodologia de *Impairment* descrita abaixo, a Companhia estimou que a aplicação dos requerimentos de *Impairment* da IFRS 9/CPC 48 em 1º de janeiro de 2018 resultará em perdas por redução ao valor recuperável de ativos adicionais como segue:

	Impairment adicional estimado em 01/01/2018
Em R\$ mil	
Contas a receber de clientes com CCEE	531
Contas a receber de clientes com Partes relacionadas	1.338
Perdas adicionais por redução ao valor recuperável	1.869

As perdas adicionais por redução ao valor recuperável representam o ajuste estimado ao patrimônio líquido em 01 de janeiro de 2018. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos anos e, quando aplicável, foram consideradas as mudanças no risco de crédito segundo avaliações de crédito externas publicadas. • **Passivos financeiros:** A IFRS 9/CPC 48 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros. Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com a IFRS 9/CPC 48, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma: - O valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentado em ORA; e - O valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado. A Companhia possui passivos financeiros mensurados ao VJR, representado por dívidas em moeda estrangeira, para as quais existem instrumentos financeiros derivativos para mitigação do risco cambial. Para atendimento dos requerimentos da contabilidade de *Hedge*, as variações atribuíveis às alterações no risco de crédito continuarão sendo contabilizadas no resultado. • **Contabilidade de Hedge:** Na aplicação inicial da IFRS 9/CPC 48, a Companhia pode escolher como política contábil continuar aplicando os requerimentos para a contabilidade de *Hedge* da IAS 39/CPC 38 em vez dos novos requerimentos da IFRS 9/CPC 48. A Companhia optou por aplicar os novos requerimentos da IFRS 9/CPC 48. A IFRS 9/CPC 48 exige que a Companhia assegure que as relações de contabilidade de *Hedge* estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco da Companhia e que a mesma aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do *Hedge*. A IFRS 9/CPC 48 também introduz novos requerimentos de reequilíbrio de relações de *Hedge* e proíbe a descontinuação voluntária da contabilidade de *Hedge*. De acordo com o novo modelo, é possível que mais estratégias de gestão de risco, particularmente as de um *Hedge* de um componente de risco (diferente do risco de moeda estrangeira) de um item não financeiro, possam qualificar-se para a contabilidade de *Hedge*. Atualmente, a Companhia não realiza *Hedge* de tais componentes de risco. A Companhia utiliza derivativos para mitigar o risco cambial e de taxa de juros em empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e indexados ao IPCA, respectivamente. Os tipos de relações de contabilidade de *Hedge* que a Companhia atualmente designa atendem aos requerimentos da IFRS 9/CPC 48 e estão alinhados com a estratégia e objetivo de gerenciamento de risco da entidade. A Companhia concluiu que não haverá impactos significativos. • **Divulgações:** A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de *Hedge*, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação da Companhia incluiu uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas nos processos atuais e a Companhia está em processo de implementação de mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos. • **Transição:** As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir: - A Companhia irá aproveitar a isenção que lhe permite não representar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018. - As seguintes avaliações devem ser efetuadas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial: (a) Determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido. (b) A designação e revogação de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros. **3.2. IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (CPC 47 Receita de Contratos com Clientes):** A IFRS 15/CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. • **Receita de geração:** A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que a energia gerada é provisionada, mediante a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo preço contratado, conforme cláusulas contratuais. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras. • **Câmara de Comercialização de Energia - CCEE:** A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia gerado é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida para o sistema pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras. • **Transição:** A Companhia planeja adotar a IFRS 15/CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos da IFRS 15/CPC 47 ao período comparativo apresentado. A Companhia planeja utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que os contratos concluídos que comecem e terminarem no mesmo período de apresentação comparativo, bem como os contratos que são contratos concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados. **3.3. IFRS 16 Leases (arrendamentos):** A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A Companhia concluiu a avaliação inicial do potencial impacto em suas demonstrações financeiras, mas ainda não completou sua avaliação detalhada. O impacto real da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial dependerá das condições econômicas futuras, incluindo a taxa de endividamento da Companhia em 1º de janeiro de 2019, a composição da carteira de arrendamento da Companhia nessa data, a avaliação da Companhia se exercerá quaisquer opções de renovação de arrendamento e a medida em que a Companhia optará por usar expedientes práticos e isenções de reconhecimento. Ate agora, o impacto mais significativo identificado é que a Companhia reconhecerá novos ativos e passivos por arrendamento operacional do terreno onde está instalada a Usina Terme-

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	93.885	73.104
Resultado Abrangente		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial (<i>Hedge</i> fluxo de caixa)	(1.401)	-
Total do resultado abrangente do exercício, líquido de impostos	92.484	73.104
Lucro básico e diluído por ação do capital – R\$: Ordinária	0,17	0,14

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)

	2017	2016
Fluxo de caixa operacional	126.837	78.919
Lucro do exercício antes dos impostos	126.837	78.919
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais	186.948	152.286
Depreciação e amortização	45.553	45.648
Equivalência patrimonial	(56.732)	(104.973)
Amortização da mais valia	31.149	31.149
Encargos de dívidas e atualizações monetárias, cambiais e derivativos	183.075	204.795
Atualização das provisões para contingências	995	1
Atualização de títulos e valores mobiliários	(18.540)	(18.503)
Perda / (ganho) na baixa de ativos imobilizados e intangíveis	23	-
Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	1.425	(85)
Outras provisões	-	(5.720)
	313.785	231.205
Redução (aumento) dos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes e outros	(272.044)	(29.943)
IR e CSLL a recuperar	(13.601)	(6.559)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	(523)	(5.917)
Depósitos judiciais	34	(21)
Despesas pagas antecipadamente	(11.200)	865
Outros ativos	(258)	(369)
	(297.412)	(41.944)
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	14.215	(44.387)
Salários e encargos a pagar	115	73
Encargos de dívida e derivativos pagos	(159.237)	(139.482)
Encargos setoriais	4.447	4.843
Impostos de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL) sobre o Lucro Líquido pagos	(9.496)	-
Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	(5.882)	18.304
Outros passivos	973	1.255
	(154.865)	(159.394)
	(138.492)	29.867
Caixa oriundo das atividades operacionais		
Atividade de investimento		
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	4.406	100.389
Aquisição de imobilizado	(58.632)	(57.642)
Resgates (aplicação) em títulos e valores mobiliários	43.447	208.533
Utilização de caixa em atividades de investimento	(10.779)	251.280
Atividade de financiamento		
Aumento de capital	-	30.000
Captação de empréstimos e financiamentos		

Carteira	2016
BB Polo 28 FI Renda Fixa	772
BB TOP RF MODERADO FI RF LP	2.566
BB TOP RF CONSERVADOR FI RF LONGO PRAZO	235
CDBs	436
LF	9
Debêntures	13
DPGE	8
Outros	4.159
Bradesco FIC FI RF Referenciado DI Recife	636
BRAM FI REF DI CORAL	373
BRAM FI REF DI RUBI	1.009
Itaú Salvador Renda Fixa FICFI	5.684
SPECIAL RF REFERENCIADO DI FI	3.272
ITAÚ HIGH GRADE RF CRÉDITO PRIVADO FI	10.785
ITAÚ VERSO A RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP FI	(2)
Outros	19.739
Total TVM - Fundos Exclusivos	24.907

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Ref.	2017	2016
Títulos a receber			
Partes relacionadas (Nota 20)	(a)	185.720	29.325
Comercialização de energia na CCEE	(b)	116.715	1.066
Total		302.435	30.391

(a) Referem-se substancialmente aos contratos de fornecimento de energia no montante de 390 MW médios com a CELPE e 65 MW médios com a COELBA, com vigência até 2023. (b) Os valores referem-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica, com base nas informações disponibilizadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Em dezembro de 2016 foi realizada a antecipação de recebíveis do contrato de compra e venda de energia com a CELPE no montante de R\$ 137.864 com taxa de CDI-Cetip acrescida de 0,318206, bem como a antecipação dos valores de ICMS sobre a venda de Energia elétrica para a CELPE em decorrência da alteração da legislação aplicável ao ICMS, no montante de R\$ 118.469 com taxa de com taxa CDI-Cetip acrescida de 0,318206, conforme descrito na nota 1.

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Ref.	2017	2016
Imposto de renda - IR	(a)	31.750	20.938
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	2.012	3.307
Programa de integração social - PIS		1.223	1.121
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS		106	16
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS		5.497	5.159
Outros		2	7
Total		40.590	30.548
Circulante		40.490	30.532
Não circulante		100	16

(a) IR e CSLL antecipados correspondem aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES CORRENTES E DIFERIDOS

	Ref.	2017	2016
Imposto de renda e contribuição social	(a)	100.120	117.091
Diferido ativo		118.064	136.359
Diferido passivo		(17.944)	(19.268)
Benefício fiscal da mais valia e reversão da PMIPL		4.415	5.421
Total		104.535	122.513

(a) Imposto de renda e contribuição social:

	Ativo		Passivo (c)	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda				
Prejuízos fiscais	334.888	83.722	375.555	93.389
Diferenças temporárias	(40.560)	(10.140)	(29.265)	(7.316)
Total	294.328	73.582	346.290	86.073
Contribuição Social				
Prejuízos fiscais	334.888	30.140	373.916	33.652
Diferenças temporárias	(40.026)	(3.602)	(29.265)	(2.634)
Total	294.862	26.538	344.651	31.018
		100.120		117.091

As bases de cálculo dos prejuízos fiscais e das diferenças temporárias são compostas como segue:

	2017		2016	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para contingências	386	386	470	470
Provisão PLR	183	183	247	247
Prejuízo fiscal	334.888	334.888	372.028	372.389
Diferença entre valor justo do ano corrente e da adoção inicial			1.299	1.299
Marcação a mercado	(20.481)	(20.481)	(7.485)	(7.485)
Outros	32.127	32.661	34.402	34.402
Total ativo	347.103	347.637	400.961	401.322
Passivo (c)				
Ajuste da quota anual de amortização	(52.775)	(52.775)	(56.671)	(56.671)
Total do passivo	(52.775)	(52.775)	(56.671)	(56.671)
Total líquido	294.328	294.862	344.290	344.651

Estudos técnicos de viabilidade aprovados pelo Conselho de Administração em 05 de dezembro de 2017, indicam a plena capacidade de recuperação, nos exercícios subsequentes, dos valores de tributos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma opera. A expectativa de realização de tributos diferidos ativos está demonstrada a seguir:

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	TOTAL
(13.706)	4.764	7.476	9.270	6.052	12.138	15.456	16.266	18.234	24.169	100.120	100.120

(b) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

	2017		2016	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	126.837	126.837	78.919	78.919
Amortização da mais-valia e reversão da PMIPL	(1.009)	(1.009)	(1.167)	(1.167)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	125.828	125.828	77.752	77.752
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	31.457	11.325	19.438	6.998
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo	(10.585)	(254)	(16.021)	(5.767)
Diferenças permanentes	(707)	(254)	(16.021)	(5.767)
Incentivos fiscais e outros	(9.878)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social no exercício	20.872	11.071	3.417	1.231
Corrente	8.394	6.579	-	-
Recolhidos e Pagos	4.306	5.190	-	-
A pagar	5.102	1.396	-	-
Compensados e deduzidos	(1.014)	(7)	-	-
Impostos antecipados a recuperar	12.478	4.492	3.417	1.231
Diferido	20.872	11.071	3.417	1.231

	2017		2016	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Corrente	14.973	14.973	14.973	14.973
Diferido	16.970	16.970	1.167	1.167
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	1.009	1.009	-	-
Imposto de renda e contribuição social exercício	16.970	5.815	16.970	5.815

(c) Benefício fiscal - mais valia incorporada: O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre a mais valia de aquisição incorporado, tendo como fundamento econômico a perspectiva de resultados positivos durante o prazo de exploração da permissão/autorização e tem origem na aquisição do direito de autorização delegado pelo Poder Público. Com o objetivo de evitar que a amortização do ágio afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída uma provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido de sua incorporadora (PMIPL). A amortização do ágio, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, consequentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios. O valor da mais valia, líquido de provisão, que em essência representa o crédito fiscal, foi classificado no ativo não circulante como benefício fiscal ágio incorporado, com base na expectativa de sua realização. Os saldos da mais valia em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 são de R\$ 4.415 e R\$ 5.421, respectivamente. A mais valia está sendo amortizada pelo período remanescente da concessão, desde maio de 2004, em 248 parcelas mensais e segundo a projeção anual de rentabilidade futura.

8. INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possui participação acionária de 58% na investida Itapebi Geração de Energia S.A., cuja movimentação é apresentada como segue:

	Investimento	Mais Valia	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	204.613	595.185	799.798
Equivalência patrimonial	104.973	-	104.973
Amortização da mais valia	-	(31.146)	(31.146)
Dividendos e JSCP	(103.055)	-	(103.055)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	206.531	564.039	770.570
Equivalência patrimonial	56.732	-	56.732
Amortização da mais valia	-	(31.149)	(31.149)
Dividendos e JSCP	(107.177)	-	(107.177)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	156.086	532.890	688.976

A Itapebi é uma empresa do Grupo Neoenergia, detentora da concessão federal para construir e explorar a Usina Hidrelétrica de Itapebi e iniciou suas operações em 2003. Abaixo a apresentação resumida do balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício da investida em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

	2017	2016
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	7.707	211
Contas a receber de clientes	113.691	9.598
Contas a receber de operações de mútuo	159.697	127.624
Outros ativos circulantes	6.401	67.719
Total do circulante	287.496	205.152
Não circulante		
Instrumentos financeiros derivativos	11.167	-
Contas a receber de operações de mútuo	141.899	-
Imobilizado	420.358	431.655
Intangível	52.383	53.180
Outros ativos não circulantes	10.534	14.833
Total do não circulante	636.341	499.668
Ativo total	923.837	704.820
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Fornecedores	63.107	9.295
Empréstimos e financiamentos	87.892	71.723
Debêntures	157.952	41.071
Instrumentos financeiros derivativos	14.069	11.696
Dividendos e juros sobre capital próprio	105.436	4.937
Outros passivos circulantes	11.674	59.970
Total do circulante	440.130	198.692
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	161.066	84.141
Instrumentos financeiros derivativos	-	13.712
Provisões	15.757	16.157
Outros passivos não circulantes	19.575	17.837
Total do não circulante	196.398	131.847
Patrimônio líquido		
Capital social	202.525	38.333
Reservas de capital	55.174	80.174
Reservas de lucros	29.610	255.774
Total do patrimônio líquido	287.309	374.281
Passivo e patrimônio líquido total	923.837	704.820

	2017	2016
Demonstração do resultado		
Receita operacional líquida	386.211	417.607
Custo de bens e serviços vendidos	(208.736)	(89.558)
Resultado bruto	177.475	328.049
Receitas (despesas) operacionais	(23.667)	(40.214)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos	153.808	287.835
Receitas (despesas) financeiras	(15.459)	(19.969)
Lucro antes dos impostos	138.349	267.866
Imposto de renda e contribuição social	(40.533)	(86.881)
Lucro líquido do exercício	97.816	180.985

A aquisição das ações da Itapebi foi concluída em 2014 com ágio de R\$ 657.541 que está sendo amortizado, de forma linear a uma taxa de 4,8% a.a., por tratar-se de mais valia de prazo definido de direito de concessão. O investimento da Itapebi é apurado pelo método de equivalência patrimonial, tendo em vista que a Neoenergia é a acionista que detém o controle da Itapebi. Dessa forma, a Companhia não apresenta demonstrações financeiras consolidadas.

9. IMOBILIZADO

	2017		2016	
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Valor Acumulada	Valor Líquido
Em serviço				
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,29%	178.428	(88.329)	90.099
Máquinas e equipamentos	5,25%	991.515	(405.476)	586.039
Veículos	16,29%	-	-	-
Móveis e utensílios	8,58%	636	(601)	35
		1.170.579	(494.406)	676.173
Em curso				
Edificações, obras civis e benfeitorias		15.348	-	15.348
Máquinas e equipamentos		139.060	(139.060)	86.936
Móveis e utensílios		38	-	38
Material em depósito		21.290	(21.290)	21.290
Outros		12.539	(12.539)	6.224
		188.275	(188.275)	129.743
Total		1.358.854	(494.406)	864.448

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Em serviço		Em curso	
	Depreciação acumulada	Valor líquido	Depreciação acumulada	Valor líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.152.368	(416.446)	735.922	97.793
Adições	-	-	63.325	63.325
Depreciação	-	(45.648)	(45.648)	(45.648)
Transferências	18.166	13.209	(31.375)	(31.375)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.170.534	(448.885)	721.649	129.743
Adições	-	-	58.632	58.632
Baixas	(55)	32	(23)	(23)
Depreciação	-	(45.553)	(45.553)	(45.553)
Transferências	100	-	100	(100)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.170.579	(494.406)	676.173	188.275

10. FORNECEDORES

	2017	2016
Fornecedores		
Energia Elétrica	34.593	6.675
Terceiros	29	827
Partes relacionadas (nota 20)	34.564	5.848
Encargos de uso da rede	3.408	3.465
Terceiros	3.401	3.454
Partes relacionadas (nota 20)	7	11
Materiais e serviços	92.011	105.657
Terceiros	67.115	79.616
Partes relacionadas (nota 20)	24.896	26.041
Total	130.012	115.797

11. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES, E OUTROS ATIVOS E INSTRUMENTOS DERIVATIVOS

	2017			2016		
	Instrumentos Financeiros	Derivativos	Total	Instrumentos Financeiros	Derivativos	Total
Empréstimos e Financiamentos						
Moeda nacional						
Banco do Brasil	376.342	-	376.342	417.596	-	417.596
Santander	43.916	-	43.916	-	-	-
(-) Custos de transação	(1.687)	-	(1.687)	(3.519)	-	(3.519)
Total Moeda Nacional	418.571	-				

19. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Receita Financeira	2017	2016
Renda de aplicações financeiras	26.159	18.480
Juros e encargos sobre contas de energia em atraso	-	711
Variações monetárias e cambiais - Dívida	38.960	214.730
Variações monetárias e cambiais - Outras	1.703	-
Instrumentos financeiros derivativos	13.732	83.454
(-) PIS/COFINS s/ receita financeira	(1.242)	(903)
Outras receitas financeiras	290	519
Total	79.603	316.991
Despesas financeiras	2017	2016
Encargos de dívidas	(179.399)	(163.926)
Varição monetárias e cambiais - Dívida	(37.182)	(147.752)
Variações monetárias e cambiais - Outras	(887)	-
Instrumentos financeiros derivativos	(18.691)	(198.912)
Atualização provisão para contingências	(988)	(17)
Outras despesas financeiras	(15.900)	(39.234)
Total	(253.587)	(549.841)
Resultado financeiro líquido	(173.984)	(232.850)

20. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

COLIGADAS	Ref.	Ativo / Passivo	Receita / (Despesa)	
Receita/ (Compra) de Energia Elétrica	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
COELBA (a.1)	20.628	-	131.025	132.091
CELPE (a.2)	165.026	27.582	1.049.434	995.192
NE ENERGIA	(34.564)	(4.159)	(290.477)	(77.522)
Total	151.090	23.423	889.982	1.049.761
SERVICIOS Administrativos				
ELEKTRO O&M (f)	(448)	-	(11.507)	-
NEOENERGIA S.A. (g)	8.466	-	(8.466)	-
IBERDROLA GERACION (d)	(24.447)	(30.511)	(43.526)	(110.848)
BANCO DO BRASIL (e)	-	4.159	-	-
Total	(16.429)	(26.352)	(63.499)	(110.848)
Uso e Conexão do Sistema de Transmissão (CUST) e (CTT)				
CELPE (b)	66	43	803	-
NARANDIBA (1)	(1)	(7)	(7)	(7)
POTIGUAR SUL (3)	(5)	(55)	(10)	(10)
AFLUENTE T (3)	(5)	(52)	(64)	(64)
Total	59	32	689	(81)
Dividendos e JSCP				
NEOENERGIA (c)	(4.747)	-	-	-
ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A. (c)	105.436	2.666	-	-
Total	100.689	2.666	-	-
Total Circulante	235.409	(220)	-	-
Total	235.409	(220)	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

a.1) Contratação Bilateral (Iniciais), aprovadas pela ANEEL, com vigência entre 2016 e 2027. Os contratos são corrigidos anualmente pela variação do IGPM. a.2) Contratação Bilateral (Iniciais), aprovada pela ANEEL, com vigência até 2024. O contrato é corrigido anualmente pela variação do IGPM dos combustíveis. b) Contrato de Conexão do Sistema de Transmissão (CCT), com vigência até a extinção da concessão da CELPE, corrigidos anualmente pela variação do IGPM. c) Valor referente a dividendos a receber da investidora e a pagar para a controladora. d) Aplicação Financeira Fundo de Investimento Restrito (BB Polo 28) e Acordo de Serviços de Operação e Manutenção (em moeda estrangeira) - "O&M" com vigência até dezembro de 2023, com reajuste anual com base na variação do IGPM. f) Acordo de Serviços de Operação e Manutenção (em moeda nacional) - "O&M" com vigência até dezembro de 2023, com reajuste anual com base na variação do IGPM. g) Cobrança de fees pelos avisados pela Neoenergia em garantia de operações financeiras das empresas do Grupo. A cobrança incide sobre o saldo devedor da dívida que possui como garantia um aval da Neoenergia. a. Aplicações em fundo de investimento BB Polo 28: O Fundo BB Polo 28 é destinado a Neoenergia e suas partes relacionadas onde tem por objetivo investir em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais de renda fixa que busquem acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários - CDI, por meio da aplicação de seus recursos em cotas de fundos de investimento e/ou ativos diretamente na carteira do fundo sendo as cotas dos fundos e ativos aderentes à Política Financeira e de Crédito do Grupo Neoenergia. b. Remuneração da administração: O montante total de remuneração dos administradores da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, é de 978 (R\$ 673 em 31 de dezembro de 2016) e refere-se aos valores registrados na contabilidade do regime de competência, incluídos neste montante os itens abaixo:

Composição da Remuneração da administração	2017	2016
Remuneração recorrente	323	272
Benefícios de Curto Prazo	478	195
Benefícios de Longo Prazo	177	206
Total	978	673

Observado o regime de caixa, a AGO, realizada em 12 de abril de 2017, aprovou o montante de R\$ 873 de remuneração global anual aos administradores, como limite de remuneração a ser paga no exercício de 2017. Até dezembro de 2017 o montante pago foi de R\$ 799, incluídos neste montante os itens abaixo:

Composição da Remuneração da administração	2017
Remuneração recorrente	458
Benefícios de Curto Prazo	251
Benefícios de Longo Prazo	89
Total	799

Adicionalmente a Companhia não mantém nenhum programa de remuneração baseada em ações aos seus empregados e/ou administradores.

21. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais e políticas: A gestão dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política de Riscos Financeiros, e na Política de Risco de Crédito do Grupo Neoenergia, aprovadas pelo Conselho de Administração, além dos demais normativos financeiros. Dentre as diretrizes previstas nessas Políticas e normativos, destacam-se: proteção cambial da totalidade da dívida em moeda estrangeira; avaliação de Hedge de taxa de juros de dívidas em moeda local; avaliação de Hedge de desembolsos em moeda estrangeira; diversificação de instrumentos, prazos e contrapartes de dívida e alongamento do prazo médio. Além disso, a utilização de derivativos tem como único propósito a proteção e mitigação de riscos, de forma que é proibida a contratação de derivativos exóticos ou com propósitos especulativos. O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados. A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado (risco cambial, risco de taxa de juros e de índice de preços, dentre outros), de crédito e de liquidez. b) Gestão de capital: A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura ótima de capital que reduza seu custo de capital. Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a Administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital. c) Gestão de risco de mercado: Risco cambial: A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2017, operações de Hedge cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial e parte dos desembolsos atrelados ao dólar americano. Risco de taxas de juros e índice de preços: Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia, monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. As estratégias de hedge de taxa de juros são descritas no item f) Informações complementares sobre os instrumentos derivativos. d) Gestão de risco de liquidez: O risco de liquidez é caracterizado pela impossibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o Hedge da dívida em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos concentrados com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações são executadas em fundos restritos a empresas do Grupo e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantinha um total de aplicações de curto prazo de R\$ 282.328 em fundos exclusivos. A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

Passivos financeiros não derivativos:	Fluxo de Valor caixa contratual total	2018	2019	2020	2021	2022	Acima de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	418.571	486.300	183.923	227.377	75.000	-	-
Debêntures	1.117.965	1.484.714	272.363	265.470	160.502	362.885	423.494
Fornecedores	130.012	130.012	-	-	-	-	-
Outros passivos financeiros Swap cambial e de taxa de juros	(47.468)	(63.455)	42	(2.444)	(27.994)	(30.257)	(2.802)

e) Gestão de risco de crédito: O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. Risco de crédito de contrapartes comerciais: A principal exposição a risco de crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação regulatória, o que inclui ainda a possibilidade de interrupção do fornecimento. Risco de crédito junto a instituições financeiras: Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições de sua Política Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras com boa qualidade de crédito. É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto. A seguir, apresentamos a exposição de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	282.571	256.187
Títulos e valores mobiliários	-	24.907
Empréstimos e recebíveis	302.435	30.391
Contas a receber de clientes e outros	-	-
f) Informações complementares sobre os instrumentos derivativos: Em 31 de dezembro de 2017 não havia valor de margem depositado referente a posições com derivativos assim como nenhuma das operações contratadas teve custo inicial associado. Todas as operações de derivativos dos programas de Hedge estão detalhadas em quadro a seguir, que inclui, por contrato de derivativo, informações sobre tipo de instrumento, valor de referência (nominal), valor justo, data de contratação, data de vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores pagos/recebidos ou provisionados no exercício. (i) Programa de Hedge dos empréstimos e financiamentos em Dólar: Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de Swap para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nessas Swaps, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Libor). Os contratos de derivativos, considerados instrumentos de proteção de fluxo de caixa, vigentes em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão apresentados a seguir:		

Swap US\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência	Vencimento	Valor justo	Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2017	2016	(Ano) 2017	2016
Ativo	- 51.837	2017	- (168.651)	-
Passivo	- 137.521	2017	- 137.522	-
Risco de Crédito Líquido	-	-	- (221)	-
	-	-	- (31.350)	(31.350)

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de Hedge Accounting e mensurado a valor justo por meio de resultado. (ii) Programa de Hedge dos empréstimos e financiamentos em Reais indexados ao IPCA: Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia pode contratar operações de Swap para converter para o CDI as dívidas e empréstimos em R\$ atrelados ao IPCA. Nestes Swaps, a Companhia assume posição passiva em CDI e posição ativa em IPCA..

Swap IPCA VS CDI	Valor de referência	Vencimento	Valor justo	Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2017	2016	(Ano) 2017	2016
Ativo	155.984	151.894	2021 (170.228)	(159.617)
Passivo	121.412	121.826	2021	121.412
Risco de Crédito Líquido	-	-	- (53)	397
	-	-	- (48.869)	(37.394)

(iii) Programa de Hedge das Non Derivable Forward - NDF: Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF (Non-deliverable forwards) para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar.

NDF	Valor de referência	Compra/ Vencimento	Valor justo	Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago			
	2017	2016	(Ano) 2017	2016			
TERMO USD	189.292	128.705	Compra	2017/2018	1.401	17.748	(16.348)

Tratamento contábil dos instrumentos derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Quando a transação for elegível e designada como Hedge Accounting, mudanças no valor justo dos derivativos são registradas como segue: (i) Hedge de valor justo: o ganho ou a perda resultante da nova mensuração dos instrumentos derivativos pelo valor justo são reconhecidos no resultado. (ii) Hedge de fluxo de caixa: as variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge efetivo de fluxo de caixa tem seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes) e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira) quando o item protegido for efetivamente realizado. A Companhia documenta no início da operação de Hedge Accounting, com o objetivo de gestão de risco, a relação entre os instrumentos de Hedge e os itens por ele protegidos, assim como a estratégia para a realização de operações de Hedge. Instrumentos financeiros derivativos que não são designados como Hedge Accounting são qualificados como Hedge econômico, e variações no seu valor justo são contabilizadas integralmente no resultado. g) Análise de sensibilidade: A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de Stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. • Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes ao final do período. • Cenário II: Esta projeção foi majorada em 25% em relação ao cenário provável. • Cenário III: Esta projeção foi majorada em 50% em relação ao cenário provável. Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável. Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Companhia entende que a necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índices de preços e seus respectivos instrumentos derivativos registrados no balanço patrimonial. Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por Swaps, o risco de variação da taxa de câmbio do dólar é irrelevante. A tabela a seguir demonstra a perda (ganho) devido à variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados:

Operação	Índice	Taxa no período	Cenário Saldo	Cenário Provável	Cenário rio (II)	Cenário rio (III)
ATIVOS FINANCEIROS						
Aplicações financeiras em CDI	Queda do CDI	6,9%	282.327	6.841	5.176	3.482
PASSIVOS FINANCEIROS						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures						
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	6,9%	(1.017.032)	(20.227)	(4.876)
Swap Ponta Passiva em CDI	CDI	Alta do CDI	6,9%	(121.412)	(2.171)	(525)
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	2,8%	(155.959)	(78)	(19)
Swap Ponta Ativa em CDI	IPCA	Alta do IPCA	2,8%	170.228	85	21

h) Estimativa a Valor justo: O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	2017	2016
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)	302.435	302.435
Empréstimos e recebíveis	302.435	302.435
Contas a receber de clientes e outros	30.391	30.391
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	331.451	331.451
Caixa e equivalentes de caixa	282.571	256.187
Títulos e valores mobiliários	-	24.907
Swap cambial e de taxa de juros	48.880	84.027
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)	1.666.548	1.713.357
Mensurado pelo custo amortizado	130.012	130.012
Fornecedores	418.571	465.563
Empréstimos e financiamentos	1.117.965	1.117.782
Debêntures	1.412	1.412
Empréstimos e financiamentos	-	168.629
Debêntures	-	148.380
Swap cambial e de taxa de juros	1.412	1.412

O nível de mensuração de cada instrumento financeiro respeita a seguinte hierarquia de valor justo: Nível 1 para preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Companhia; Nível 2 para informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no nível anterior; e Nível 3 para dados não observáveis para o instrumento em questão. A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado. Para os financiamentos classificados e mensurados ao custo amortizado, a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando as características contratuais de cada operação. Para mensuração do valor justo das Debêntures a Companhia se utilizou do valor a curva. Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo. Para os passivos financeiros (empréstimos) classificados como mensurados a valor justo incluindo os instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteção (Hedge), a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros da dívida e das pontas ativa e passiva do Swap. A Companhia entende que adotando a metodologia descrita acima reflete o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais. Para esses ativos não existe mercado ativo, e uma vez que todas as

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da Termopernambuco S.A. Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Termopernambuco S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Termopernambuco S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, está descrita na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

(a) **Valor recuperável dos ativos fiscais diferidos**

(Consulte a nota explicativa nº 7 as demonstrações financeiras)

A Companhia possui créditos tributários registrados sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e benefícios fiscais sobre mais valia oriunda de incorporação, cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura preparadas pela Companhia com base em seu julgamento e suportadas em seu plano de negócios. Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria, dado o grau de julgamento necessário para a determinação das estimativas dos lucros tributáveis futuros, base para a avaliação do valor recuperável dos créditos tributários, e pelo fato de qualquer mudança nas estimativas poder impactar de forma relevante o valor desses ativos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram avaliação do desenho e implementação dos controles internos chaves relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, estudos técnicos e análises quanto à probabilidade da existência de lucros tributáveis futuros ou outras evidências suficientes para propiciar a recuperação pela Companhia do imposto de renda e da contribuição social diferidos. Analisamos, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, a razoabilidade e consistência dos dados e premissas e das metodologias utilizadas pela Companhia relativas à projeção do lucro tributável futuro. Adicionalmente, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos e o estudo de capacidade de realização dos ativos fiscais diferidos. Também avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras de acordo com as normas aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que é aceitável o valor recuperável dos créditos tributários no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

(b) **Instrumentos financeiros derivativos**

(Consulte a nota explicativa nº 11 das demonstrações financeiras)

A Companhia contratou empréstimos e emitiu debêntures, cujas condições acarretam em riscos inerentes a oscilações de moeda estrangeira e flutuações de taxas de juros e inflação. Os instrumentos financeiros derivativos, contratados com o objetivo de mitigar tais riscos, incluindo os instrumentos designados para proteção de risco (hedge de valor justo) e determinados instrumentos de dívida designados a valor justo por meio do resultado são mensurados através do exercício de julgamento significativo, utilizando premissas e metodologias de valorização. Considerando os valores envolvidos, a complexidade e julgamento envolvidos no processo de avaliação e mensuração dos instrumentos financeiros, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram avaliação do desenho e implementação dos controles internos chave relacionados à identificação, valorização e gerenciamento desses instrumentos financeiros. Avaliamos, com o envolvimento de nossos especialistas em instrumentos financeiros, os modelos elaborados pela Companhia para a determinação do valor justo dos derivativos e instrumentos de dívida designados a valor justo por meio do resultado, utilizando dados extraídos de fontes externas, como preços cotados em mercados ativos ou fluxos descontados com base em curvas de mercado e analisamos a efetividade do Hedge Accounting. Verificamos a adequação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras, como análises de sensibilidade, risco de câmbio, classificação e valorização dos instrumentos. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que é aceitável a valorização dos instrumentos financeiros a valor justo no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

(c) **Provisões e passivos contingentes – riscos fiscais, trabalhistas e civis**

(Consulte a nota explicativa nº 14 das demonstrações financeiras)

A Companhia é parte em diversos processos, administrativos e judiciais, de natureza fiscal, trabalhista e cível. Devido à relevância dos valores envolvidos, em especial em relação aos processos de natureza fiscal, a complexidade do ambiente tributário brasileiro e o julgamento envolvido na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento ou divulgação das Provisões e Passivos Contingentes nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do desenho e implementação dos controles internos chaves relacionados a identificação, avaliação e gerenciamento desses instrumentos financeiros. Avaliamos, com o envolvimento de nossos especialistas em instrumentos financeiros, os modelos elaborados pela Companhia para a determinação do valor justo dos derivativos e instrumentos de dívida designados a valor justo por meio do resultado, utilizando dados extraídos de fontes externas, como preços cotados em mercados ativos ou fluxos descontados com base em curvas de mercado e analisamos a efetividade do Hedge Accounting. Verificamos a adequação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras, como análises de sensibilidade, risco de câmbio, classificação e valorização dos instrumentos. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que é aceitável a valorização dos instrumentos financeiros a valor justo no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria execu-

características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, a Companhia entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos.

22. COMPROMISSOS

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo para